

# Notas das sessões públicas

## Sessão nacional

Lisboa, 12 de fevereiro de 2015

A primeira sessão pública sobre o 2º ciclo de Questões Significativas de Gestão da Água decorreu no dia 12 de fevereiro de 2015, no auditório do LNEC em Lisboa, tendo contado com 107 inscrições prévias tendo estado efetivamente presentes 98 pessoas, na sua maioria em representação de organismos da administração, universidades, ONGA, associações setoriais e empresas do setor.

Esta sessão teve por objetivo o debate das principais QSiGA identificadas nas regiões hidrográficas do continente, uma vez que as questões identificadas em cada RH serão detalhadamente discutidas e analisadas nas sessões regionais que terão lugar em vários locais do continente.

Para promoção do debate foram efetuadas breves apresentações das problemáticas associadas às seguintes questões significativas:

**QSiGA 1** - Afluências de Espanha

**QSiGA 3** - Implementação insuficiente e/ou ineficiente do regime de caudais ecológicos

**QSiGA 5** - Alterações da dinâmica sedimentar (erosão e assoreamentos)

**QSiGA 6** - Alterações do regime de escoamento

**QSiGA 8** - Contaminação de águas subterrâneas

**QSiGA 9** - Degradação de zonas costeiras

**QSiGA 10** - Destrução/fragmentação de habitats

**QSiGA 11** - Escassez de água

**QSiGA 12** - Eutrofização (nitratos, fósforo, compostos de fósforo, clorofila a, ocorrência de *blooms* de algas)

**QSiGA 15** - Poluição com substâncias prioritárias e perigosas (metais, pesticidas, substâncias de origem industrial)

**QSiGA 16** - Poluição microbiológica e orgânica (CBOs, azoto amoniacal)

**QSiGA 20** - Sistemas de vigilância, alerta e monitorização das massas de água insuficientes e/ou ineficientes

**QSiGA 21** - Medição e autocontrolo insuficiente e/ou ineficiente das captações de água e rejeições de águas residuais

**QSiGA Nacional** - Participação pública e envolvimento dos setores insuficiente

O modelo de apresentação pelos oradores da APA contemplou vários períodos de debate que permitiram uma participação ativa dos presentes. As principais questões colocadas e respetivos esclarecimentos foram os seguintes:

- Planos conjuntos para as RH internacionais

Os PGRH das bacias internacionais estão a ser elaborados em estreita colaboração com as confederações Espanholas de modo a garantir uma total harmonização técnica entre os dois países tal como ficou acordado na última Cimeira Ibérica. Existe um grupo de trabalho no seio da CADC dedicado ao planeamento que garante essa articulação, nomeadamente ao nível da delimitação, da classificação do estado das massas de água e objetivos ambientais;

- Participação das empresas consultoras, das universidades e dos organismos da administração no processo de planeamento

Embora os trabalhos referentes às primeiras etapas de elaboração do 2º ciclo de PGRH estejam a ser efetuados no seio da administração (APA), o conhecimento técnico e científico detido pelas empresas, universidades e outros organismos da administração é essencial e deve ser utilizado para colmatar as dificuldades existentes.

Nesta primeira fase, o vasto conhecimento existente na administração, potenciado pelo trabalho desenvolvido pelas empresas e universidades para o desenvolvimento dos 1º PGRH permitiram prorrogar a necessidade de recorrer a trabalho externo para outras fases dos PGRH e para casos de estudo específicos que exigem um trabalho de investigação mais apurado. Sobre este aspeto, de referir que a APA está a elencar os estudos necessários para colmatar as falhas detetadas nos 1º PGRH, a desenvolver em estreita colaboração entre a APA/universidades/empresas. Os programas de medidas são implementados pelos diferentes intervenientes, administração, utilizadores dos recursos hídricos e são também um aspeto importante a ter em consideração pelas empresas

A colaboração da APA com outros organismos da administração que possuem conhecimento em áreas específicas em particular na área das alterações climáticas deve ser potenciada.

- Desenvolvimento cenários mais coerentes com a realidade para o 2º ciclo

Para o segundo ciclo de planeamento os cenários serão atualizados face à realidade existente e deverão incorporar as alterações climáticas.

- O envolvimento das ONGA e dos cidadãos no processo de planeamento dos recursos hídricos

Os procedimentos de participação pública têm como objetivo a auscultação de opiniões e a integração de todos os contributos pertinentes. O período de consulta pública que decorre durante 6 meses serve precisamente para que todos os interessados possam manifestar-se, sendo que a Administração tem o dever de auscultar todas as opiniões.

- O Plano Nacional de Barragens e os impactes nos recursos hídricos

Os impactes da construção de barragens têm sido veementemente referido pelas ONGAS e universidades. Foi referida a necessidade potenciar a confiança entre o estado e os cidadãos quanto à forma como são transmitidas à tutela as preocupações dos utilizadores.

- Problemas de assoreamento

Forma discutidas as preocupações com a situações de assoreamento, principalmente no Tejo provocado pela existência de grandes infraestruturas hidráulicas tendo sido referidas algumas soluções como sejam as “passagens para sedimentos” que permitem repor os sedimentos a jusante.

- Fiscalização das utilizações da água insuficiente

A fiscalização de todo o universo de utilizações é economicamente impossível pelo que a resolução do problema passa pela sensibilização dos utilizadores e pelo incentivo aos cumpridores.

- Linguagem técnica vs linguagem para os utilizadores

Muitas vezes a linguagem técnica utilizada pela administração não está direcionada para os utilizadores sendo importante descodificar o que se pretende transmitir para que as medidas necessárias possam ser interiorizadas e postas em prática.

- Os investimentos efetuados em infraestruturas de saneamento e o estado das massas de água

Os investimentos efetuados ao longo dos últimos anos em infraestruturas de tratamento de águas residuais, parece não ter tido um efeito direto no estado das massas de água quando se compara o 1º e 2º ciclos. No entanto, este facto fica a dever-se em muitos casos ao trabalho mais apurado que foi possível efetuar neste 2º ciclo ao terem sido introduzidos mais elementos biológicos que não estavam disponíveis para o 1º. Este facto levou em algumas massas de água a um “aparente” agravamento da qualidade mas que na prática não se verifica.

## **Região Hidrográfica do Minho e Lima (RH1)**

Viana do Castelo, 20 de fevereiro de 2015

- Considerar que os episódios de inundações estão relacionados com as aflúncias de Espanha;
- Ponderar efetuar um estudo sobre a poluição no Rio Gadanha;
- Considerar a necessidade de se efetuar um levantamento batimétrico da zona costeira e no estuário do Rio Minho até 30 metros;
- Utilizar os sistemas naturais (zonas húmidas) como zonas tampão;
- Acrescentar a proliferação de espécies invasoras (flora) como QSiGA;
- Desburocratizar o processo de implementação de ações de restauro/requalificação fluvial;
- Fazer um levantamento, o mais completo possível, de todas as descargas com origem na zona industrial de Porriño, em Espanha;
- Limitar as implantações em zonas de cheia;
- Considerar como QSiGA as escorrências de sedimentos e nutrientes resultantes dos incêndios florestais;
- Considerar as causas naturais como pressões nas massas de água;
- Articular a revisão do POOC com a elaboração dos PGRH, nomeadamente no que diz respeito às áreas inundáveis/áreas urbanizadas;
- Considerar as alterações climáticas como fator determinante nas QSiGA e delinear medidas de prevenção e proteção dos recursos hídricos;
- Reforçar o investimento na monitorização de recursos hídricos;
- Investir mais na investigação relacionada com pesticidas e herbicidas;
- Acrescentar à lista das QSiGA a perda da biodiversidade;
- Reforçar o processo de participação pública e retomar os Conselhos de Região Hidrográfica.

## **Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça (RH2)**

Braga, 27 de março de 2015

- Limitar na Lei o uso de betuminoso para a pavimentação de estradas, uma vez que agrava a impermeabilização dos solos;
- Ponderar a remoção de açudes no Rio Ave, tendo em conta que muitos deles já não têm utilidade;
- Promover a implementação de mais mini-hídricas de modo a rentabilizar o uso e diminuir as perdas;
- Averiguar se a reativação das minas da Borralha pode afetar a qualidade da água que é captada na Venda Nova;
- Assegurar que os aproveitamentos hidroelétricos cumprem os caudais mínimos que garantam a prática de atividades recreativas;
- Avaliar o impacto da crise económica nos cenários prospetivos do 1.º ciclo de planeamento;
- Assegurar que os aproveitamentos hidroelétricos garantem os caudais necessários para a indústria;

- Assegurar que os aproveitamentos hidroelétricos no Rio Ave asseguram a capacidade de diluição das descargas das ETAR em período de estio;
- Considerar estudo feito pela UMinho que conclui que se o regime de caudais ecológico for cumprido, os problemas de poluição microbiológica nas praias fluviais diminuem significativamente;
- Identificar com clareza a que instituição compete a monitorização dos caudais ecológicos.

## **Região Hidrográfica do Douro (RH3)**

**Porto, 17 de março de 2015**

- Considerar a seca como QSiGA;
- Considerar as cheias como QSiGA;
- PGRH têm de ter em conta o plano económico, não podem basear-se apenas nas questões ambientais;
- Promover maior envolvimento do setor económico na elaboração e implementação dos PGRH;
- Acautelar potenciais conflitos na utilização da água;
- Aprofundar o conhecimento/informação sobre as águas subterrâneas;
- Alterar a designação da QSiGA “Degradação das zonas costeiras” para “Proteção das zonas costeiras”;
- Documentos são omissos no que diz respeito ao setor agrícola;
- Referências ao setor agrícola são negativas;
- Considerar novas albufeiras para interior do País;
- PGRH são omissos nos que se refere ap PNBEPH;
- Considerar que a construção de barragens contribui para o incumprimento da DQA;
- Efetuar análise custo/benefício da implementação das medidas do 1.º ciclo;
- Reavaliar a implementação dos aproveitamentos hidroelétricos de Foz Tua, Baixo Sabor e Tâmega, uma vez que causam perdas ecológicas irreparáveis;
- Avaliar o grau de cumprimento dos objetivos ambientais do 1.º ciclo;
- Definir com objetividade o Regime de Caudais Ecológicos;
- Articular e integrar os PGRH nos planos espanhóis;
- Fichas de QSiGA do 1.º ciclo estão mais detalhadas do que as do 2.º ciclo;
- Considerar que o passivo ambiental das Minas de Portelo (Montesinho) afeta a qualidade da água na bacia do Sabor;
- Considerar como QSiGA as invasoras aquícolas e lenhosas;
- Definição de procedimentos entre instituições em casos de acidentes ambientais;
- Incluir as QSiGA 4, 7 e 15 na RH3;
- Reforçar a fiscalização com meio humanos;
- Participação pública deve ser mais efetiva, com mais troca de informação e com mais envolvimento das entidades e cidadãos;
- Efetuar análise cumulativa do PNBEPH na RH3;
- Conhecer qual o contributo das ETAR para o bom estado das massas de água;
- QSiGA 18 foi abordada de forma redutora;
- Controlar as captações individuais;
- Controlar as fossas sépticas;
- Estudar e avaliar a sustentabilidade dos sistemas de abastecimento e drenagem de água;
- Estabelecer rede de articulação com as entidades gestoras;
- Bom estado das águas subterrâneas é surpreendente. Que informação/dados existem que permitam concluir tal facto;
- Criar condições para o regadio do planalto de Ansiães;
- Instalação de pomares nas proximidades da captação de Fonte Longa pode por em risco a qualidade da água;

- Colmatar lacunas da monitorização, uma vez que os dados que existem estão desintegrados e são insuficientes para a determinação de indicadores definidos pela DQA;
- Adiamento do cumprimento dos objetivos ambientais é in comportável;
- Como está a ser feita a monitorização da implementação das medidas do 1.º ciclo de planeamento?

## Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4)

Coimbra, 3 e 17 de março de 2015

A APA, I.P. através do departamento regional ARH do Centro realizou duas sessões de participação pública sobre o 2º ciclo de Questões Significativas de Gestão da Água (QSiGA) na Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4).

Estas sessões decorreram no Auditório da ARH do Centro em Coimbra, nos dias 3 e 17 de março de 2015 e o seu principal objetivo foi promover a apresentação das principais QSiGA identificadas na Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis, bem como o debate com os diversos stakeholders.

Estas sessões contaram com um total de 67 inscrições realizadas *online*, tendo estado efetivamente presentes 98 pessoas, na sua maioria em representação de organismos da administração, universidades, ONGA, associações setoriais e empresas de diversos setores.



As questões significativas da gestão da água na região hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis encontram-se identificadas na lista da tabela seguinte:

Questões relativas a pressões e impactes	RH4
1. Afluências de Espanha	
2. Agravamento da qualidade da água devido à suspensão dos sedimentos	
<b>3. Implementação insuficiente e/ou ineficiente do regime de caudais ecológicos</b>	✓
4. Alteração das comunidades da fauna e da flora e/ou redução da biodiversidade	

5. Alterações da dinâmica sedimentar (erosão e assoreamentos)	
<b>6. Alterações do regime de escoamento</b>	✓
7. Competição de espécies não nativas com espécies autóctones	
<b>8. Contaminação de águas subterrâneas</b>	✓
<b>9. Degradação de zonas costeiras</b>	✓
<b>10. Destruição/fragmentação de habitats</b>	✓
11. Escassez de água	
<b>12. Eutrofização (nitratos, fósforo, compostos de fósforo, clorofila a, ocorrência de <i>blooms</i> de algas)</b>	✓
13. Intrusão salina e outros nas águas subterrâneas	
<b>14. Inundações</b>	✓
<b>15. Poluição com metais, com substâncias perigosas e com substâncias prioritárias (biocidas e produtos fitofarmacêuticos)</b>	✓
<b>16. Poluição microbiológica e orgânica (CBO5, azoto amoniacal)</b>	✓
<b>17. Sobre-exploração de águas subterrâneas</b>	✓
<b>18. Perdas de água nos sistemas de abastecimento público e de rega</b>	✓
Questões de ordem normativa, organizacional e económica	
<b>19. Recursos humanos especializados insuficientes</b>	✓
<b>20. Sistemas de vigilância, alerta e monitorização das massas de água insuficientes e/ou ineficientes</b>	✓
<b>21. Medição e autocontrolo insuficiente e/ou ineficiente das captações de água e rejeições de águas residuais</b>	✓

As sessões contemplaram duas apresentações, uma sobre o Processo de Planeamento dos Recursos Hídricos na APA/ARH do Centro, que esteve a cargo da Administradora da ARH do Centro, a Eng<sup>a</sup>. Celina Carvalho e a segunda destinou-se a uma breve apresentação de cada uma das QSiGA, identificando a sua problemática, causas e consequências, quais os objetivos a alcançar, dando nota de situações concretas na RH4 para cada uma das QSiGA identificadas nesta região, que foi apresentada pela Dra. Paula Garcia, chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Centro.

Após a exposição das questões significativas foi promovido o debate com os participantes, lançando para a assistência um conjunto de perguntas para fomentar o mesmo.

De seguida enumeram-se algumas notas sobre as principais questões colocadas pelos vários stakeholders.

#### **Participação ativa das associações e utilizadores na gestão dos recursos hídricos**

Em ambas as sessões foi mencionado o facto de nos últimos anos os utilizadores não terem sido chamados a participar, tendo em conta que após a aprovação dos PGRH de 1<sup>a</sup> Geração o Conselho de Região Hidrográfica não voltou a ser convocado. Assim, considera-se que ocorreu uma quebra que, segundo os stakeholders, deve ser retomada o quanto antes. É necessária mais comunicação e mais partilha entre os stakeholders.

A quebra que decorreu entre a elaboração do PGBH do 1<sup>o</sup> ciclo e as QSiGAs deveu-se à reformulação dos serviços da Administração e à fusão de vários organismos que deram origem à APA,I.P. No entanto,

com o início deste 2º ciclo de planeamento, é retomada a participação pública, sendo que a portaria que cria os CRH já foi publicada e que a composição dos mesmos se encontra a decorrer.

#### **Avaliação e implementação do 1º Ciclo de PGRH**

Foi mencionado, por vários utilizadores, que se desconhece o grau de implementação do Programa de Medidas preconizado no 1º ciclo de Planeamento. O que foi feito e como a APA/ARH está a monitorizar e acompanhar essa implementação.

Torna-se difícil avaliar e acompanhar a implementação das medidas do 1º ciclo quando a grande maioria não é da responsabilidade da APA. Nesta fase da elaboração das QSiGA foi feita uma primeira análise, sendo que se encontram em realização várias reuniões para avaliar o grau de implementação das mesmas.

#### **Possibilidade de estabelecer parcerias e protocolos**

A proposta de parcerias e protocolos foi uma sugestão quer do setor agrícola quer da academia. Ambos os setores se encontram disponíveis para novas parcerias com a APA, no âmbito dos Recursos Hídricos.

Não foi constituída uma única associação de utilizadores dos recursos hídricos.

A possibilidade de estabelecer parcerias e protocolos iria colmatar a escassez de recursos humanos, ou dotar a APA de técnicos especializados em áreas que não têm recursos.

A Administração reconhece o valor das parcerias e protocolos. Neste momento já foram estabelecidos alguns, no entanto a colaboração da APA com outros organismos da administração, da academia, e associações de utilizadores que possuem conhecimento em áreas específicas deve ser potenciada.

#### **TRH - desconhecimento por parte dos utilizadores da sua aplicação**

Os utilizadores mencionaram que anteriormente (*enquanto as ARH eram Instituto Público*) eram apresentados relatórios detalhados com a descrição da utilização dos valores da TRH, e atualmente os utilizadores desconhecem onde esses valores estão a ser investidos.

#### **Monitorização**

Como evoluiu o estado das massas de água? Existem massas de água em que a classificação foi feita através de modelação, sem nenhum ponto de amostragem, pelo que se deve apostar mais na monitorização. Sem monitorização não é possível gerir e avaliar os impactos nas massas de água.

Torna-se também difícil, analisar a eficácia das medidas sem a existência de um programa de acompanhamento e monitorização. A administração é rica em planos, no entanto não faz o seu seguimento, nem a avaliação dos mesmos.

A ARH do Centro reconhece que a monitorização é essencial, reconhece a falta de monitorização dos elementos biológicos, mas tem confiança nos resultados obtidos para o estado das massas de água apresentado.

#### **Vigilância e Fiscalização**

A vigilância é essencial. Atualmente os recursos humanos com esta formação são escassos, a sua presença não é visível no campo e não podemos delegar todas as competências na autoridade (EPNA). A relação de proximidade deve ser implementada e mantida.

A fiscalização de todo o universo das massas de água e das utilizações é economicamente impossível, pelo que a resolução do problema passa pela sensibilização dos utilizadores e pelo incentivo aos cumpridores.

#### **Nitratos associados á agricultura**

As zonas vulneráveis penalizam apenas o setor agrícola, no entanto existem outras fontes poluidoras. Deve-se garantir, através de monitorização, que não é apenas a agricultura o setor responsável por esta poluição.

A rede de monitorização dos nitratos não existe apenas nas áreas vulneráveis, é mais alargada, pelo que contempla outras áreas além das agrícolas.

### **Manutenção de infraestruturas de Recursos Hídricos**

Acerca do problema dos rombos associados às cheias (Lis) e as suas consequências para a agricultura, deve ser promovida a manutenção das mesmas.

A TRH não pode custear todas as intervenções na RH, são problemas que temos consciência mas que a conjuntura económica não ajuda a resolver.

### **Contaminação das águas subterrâneas**

Na área de Leiria, associado à presença de cheias e inundações, os efluentes humanos são descarregados nas linhas de água que depois é utilizada na rega e poderão afetar a qualidade das massas de água subterrâneas.

### **Inundações**

Foi solicitada a identificação do vale do Lis como área problemática que merece intervenção, bem como outras áreas sujeitas a inundações que não foram identificadas como tal (*ex. Soure, S. Pedro Sul*).

Foi questionada qual a articulação das áreas identificadas no âmbito da Diretiva Inundações com os Planos de Ordenamento do Território.

O assoreamento do rio Mondego provoca inundações na cidade e o facto de não se efetuar o seu desassoreamento pode ter consequências dramáticas para Coimbra.

As inundações ultrapassam o problema do desassoreamento e a ocorrência de fenómenos extremos começa a tomar terreno (alterações climáticas). Quanto ao Lis, as infraestruturas carecem de manutenção e já foi assinado um protocolo entre a ARH e o Ministério da Agricultura para o reaproveitamento do Lis.

### **Classificação quantitativa das Massas de Água superficiais**

Para as massas de água superficiais não é feita a classificação em termos quantitativos. No âmbito do regadio foram estabelecidas novas orientações, no entanto não se sabe quanto consome. A quantificação das massas de água superficiais torna-se mais difícil com a inoperacionalidade da rede hidrométrica (muito embora a mesma já esteja a ser reparada).

### **Erosão Costeira**

Foi referida a preocupação das populações em relação a esta questão e questionado se estão previstas mais intervenções para outras áreas com o problema identificado.

Nos últimos anos o investimento na orla costeira foi elevadíssimo, não podemos andar sempre a investir nas mesmas áreas.

### **Escassez de Água**

Não foi considerada como QSiGA na RH4, não será de considerar tendo em conta o índice utilizado na TRH para a agricultura?

As novas orientações para o regadio também têm em consideração o estado quantitativo das MA.

### **Perdas de Água nos sistemas urbanos e na agricultura**

Tem sido feito um grande investimento para a redução das perdas de águas associadas aos sistemas urbanos.

Ao nível da agricultura estão a ser feitos investimentos nas infraestruturas para minimizar as perdas de água, nomeadamente no Vale do Lis.

## Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (RH5)

Alcanena, 8 de abril de 2015

No decurso do processo de consulta pública sobre o 2º ciclo de Questões Significativas de Gestão da Água, a Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (ARHTO) realizou a sua sessão regional de participação pública a 8 de abril de 2015, no Auditório da Câmara Municipal de Alcanena, em que estiveram presentes 55 participantes, representando 29 entidades, sobretudo de âmbito regional e local, assim como organismos da administração pública e empresas do setor. A sessão teve como objetivo apresentar as QSiGA identificadas para a Região Hidrográfica do Tejo e Oeste e promover o debate das mesmas após a sua apresentação pela ARH, seguindo-se um período de debate, de cerca de hora e meia.

Ainda no âmbito do processo de participação pública, a Câmara de Santarém promoveu no dia 30 de abril, uma *“dinâmica participativa na Casa do Ambiente dando oportunidade à população de contribuir com a sua opinião”*, tendo sido *“realizada uma sessão de divulgação, a qual contou com a prestigiosa colaboração da APA-ARHTO na apresentação das QSiGA”*. Os *“resultados da participação na referida dinâmica, que consistiu em priorizar as 5 QSiGA consideradas de maior relevância e na recolha dos principais problemas das linhas de água no concelho de Santarém”* foram enviados à ARHTO. Este evento decorreu entre 29-04-2015 até 17-04-2015, tendo contado com 54 participantes: Alunos da UTIS-Universidade da Terceira Idade de Santarém, Alunos da Escola Secundária Sá da Bandeira, Alunos Escola Superior de Educação de Santarém, Municípios de Santarém.

Apresenta-se em seguinte a síntese das principais questões levantadas.

### **Monitorização**

Tendo em conta o tecido empresarial desta região hidrográfica e o impacto ambiental provocado pela rejeição de águas residuais do setor agroindustrial, que condiciona o estado das massas de água, foi referida a necessidade de uma maior monitorização das massas de água para avaliar o impacto das atividades económicas, dado que se considera que a monitorização associada ao autocontrolo não é suficiente garantir o bom estado das massas de água. Como exemplo foi referido o caso do Ecoparque da Chamusca.

Neste contexto, a solução apresentada passaria por um aumento de estudos mais atualizados face à realidade existente, que avaliem o impacto das atividades económicas no estado das massas de água, recorrendo, para o efeito, a outros organismos da administração pública, empresas e universidades.

Foi também referido, que face aos avultados investimentos públicos na reabilitação do sistema de tratamento de águas residuais de Alcanena, deverá ser instalado um sistema de controlo que garanta o cumprimento dos parâmetros de descarga do efluente tratado na Ribeira de Carvalhos.

### **Limpeza, manutenção e recuperação dos cursos de água.**

Foi, igualmente, identificada a necessidade de uma maior sensibilização por parte da administração pública, dos agentes económicos e dos particulares para o incremento de ações de limpeza, manutenção e recuperação das linhas de água. A falta destas ações provoca a degradação das linhas de água e a obstrução ao escoamento, devido à erosão das margens e leitos dos cursos de água, mas também ao assoreamento do leito com o consequente espraçamento da água e inundação dos terrenos circundantes, alterando a fisionomia dos cursos de água.

Foi também salientado que as alterações hidromorfológicas provocadas pelo aumento do caudal e recuo de margens tem vindo a colocar problemas de conservação dos ecossistemas, tanto na fauna, como na flora, levando à redução da biodiversidade e à degradação dos habitats naturais.

A degradação dos cursos de água deve-se também à presença das espécies exóticas na galeria ribeirinha e à destruição de habitats devido à contaminação das águas subterrâneas e superficiais, nomeadamente pelos produtos químicos utilizados na Agricultura, ao abandono de resíduos no leito e margens.

Foi referido que se deve dar mais importância às pequenas linhas de água, que serão fortemente afetadas pelas alterações climáticas, e que são fundamentais para a preservação das espécies piscícolas, como por exemplo a Boga Portuguesa, e dos anfíbios.

Neste contexto foi mencionada a importância da reabilitação dos cursos de água.

Para o efeito, foi sugerido um maior envolvimento das entidades e da população em geral através da implementação de projetos-piloto de promoção e requalificação de linhas de água, assim como a criação de mecanismos de apoio para a realização de ações e/ou projetos de limpeza, conservação e reabilitação de cursos de água.

Finalmente foi referida a necessidade de se garantir a valorização da qualidade da paisagem com a preservação e conservação dos ecossistemas associados, assim como o reforço das zonas de recargas dos aquíferos.

#### **Perdas de água nos sistemas de abastecimento público e rega**

Foi, também, mencionado o agrado pela introdução da questão QSiGA 18 “*Perdas de água nos sistemas de abastecimento público e rega*” no 2º ciclo de planeamento, embora tenha sido frisado o fato de o PGRH continuar a não contemplar as perdas de água relativas às captações subterrâneas particulares de carácter artesiano e repuxante, nomeadamente junto das ribeiras de Urqueira, Olival e Caxarias, as quais desperdiçam por dia milhares de metros cúbicos de água do aquífero da bacia sedimentar de Ourém e que têm provocado o rebaixamento do nível freático.

#### **Rio Tejo e articulação com o Reino de Espanha**

Foram discutidas as preocupações com a redução de caudais no rio Tejo e com as alterações da dinâmica sedimentar do rio Tejo, que se materializam na i) destruição das marachas, com a conseqüente destruição e recuo das margens, que leva à perda de extensas faixas terrenos agrícolas; ii) aparecimento de mouchões (zonas de deposição de sedimentos) na sequência de caudais elevados; iii) grande variabilidade na profundidade do rio.

Neste contexto, foi referida a importância da manutenção de caudais ecológicos no rio Tejo e a importância de uma melhor planificação e gestão no licenciamento da atividade de extração de inertes, nomeadamente através da elaboração de Planos de Extração de Inertes.

Foi questionado se havia uma verificação periódica, pelo organismo competente na matéria, relativamente ao cumprimento dos caudais mínimos estabelecidos na Convenção de Albufeira e, tendo em conta as atuais alterações climáticas, se foram feitos ajustamentos em articulação com o Reino de Espanha. Foi também mencionado que era importante a revisão dos caudais mínimos, tendo em conta a atual atividade agrícola.

A APA referiu que existe um grupo de trabalho no seio do CADC que faz a articulação entre os dois países, especialmente em matérias de caudais e delimitação e classificação do estado das massas de água. Informou-se ainda aos participantes que toda a informação sobre a articulação entre os dois países em matéria de planeamento das bacias hidrográficas se encontrava disponível no *site* do CADC.

#### **Poluição e qualidade da água**

Foi mencionada a ocorrência de poluição de origem industrial (ex. curtumes), hospitalar e pecuária, quer ao nível das águas superficiais, quer ao nível das águas subterrâneas. Foi também referida a poluição de origem difusa proveniente da atividade agrícola, adubos e pesticidas, e pecuária.

Foi também referida a salinização dos solos agrícolas.

#### **Plano de Ordenamento da Albufeira Pública de Castelo de Bode**

Foi identificada a necessidade de se proceder à revisão do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode, plano este que data já de alguns anos e que se encontra parado há cerca de 3 anos. A APA referiu que está previsto dar início ao processo de revisão até ao final deste ano.

#### **Ação de Fiscalização das utilizações e das massas de água**

Foi referido que, embora no 2º ciclo de planeamento a “*Fiscalização insuficiente e/ou ineficiente*” não tenha sido proposta como QSiGA para a RH, consideram que a atual fiscalização é insuficiente e pouco

eficaz, pelo que a “Fiscalização insuficiente e/ou ineficiente” deve ser considerada uma QSiGA no 2º ciclo.

Foi igualmente referido que para garantir uma maior eficiência da fiscalização, é necessário aumentar os recursos humanos especializados, os meios técnicos e materiais, assim como a capacidade da resposta da Administração Pública, de modo a ser possível aplicar as sanções atempadamente.

Foi também sublinhado que atualmente as ações de fiscalização têm um carácter essencialmente punitivo, em resposta a uma ação, atuando apenas em situações concretas já identificadas. Neste contexto, foi referida a necessidade de reforçar o carácter preventivo da fiscalização, hoje em dia frequentemente realizada pelas autarquias, numa relação de proximidade com os utilizadores, recuperando a relação de proximidade que existia entre a população e os antigos “guardas rios”. Foi dada igualmente importância à cooperação institucional.

Foi considerado como mais-valia a realização de ações conjuntas de formação às entidades com competência: GNR-SEPNA, APA-ARH Tejo, Municípios e DRAP.

Considerou-se que as DRAP deveriam ter uma atuação pró-ativa e de maior cooperação no que respeita à fiscalização da atividade pecuária

Finalmente foi manifestada a opinião de que será muito importante a implementação das medidas previstas no PGRH e que, para que haja maior eficiência por parte dos agentes de fiscalização, seria importante que os mesmos obtivessem o “feedback” das ações desenvolvidas.

#### **Implementação efetiva de medidas corretivas**

Foi dada importância à implementação efetiva das medidas corretivas previstas para as QSiGA 4 a 8 e para as QSiGA de 10 a 16, tendo sido sugerido que essas medidas fossem estendidas aos pequenos cursos de água no sentido de manter os caudais ecológicos e minimizar as alterações do regime de escoamento, diminuir a poluição da água, e diminuir a contaminação química de águas subterrâneas proveniente de pesticidas e fertilizantes.

Ainda no âmbito das medidas corretivas, relativamente ao concelho de Ourém, houve a preocupação de salientar a importância da implementação da rede de drenagem de águas residuais domésticas, sobretudo na área do concelho localizada no maciço calcário.

Foi, igualmente, referido que não existe um programa económico no PGRH para a implementação de ações corretivas das QSiGA, nomeadamente em intervenções para manutenção das margens. De igual modo, foi salientado a necessidade de estar contemplado uma gestão ao nível das sub-bacias.

#### **Melhoria das Práticas Florestais**

Foi salientada a influência do coberto florestal, do arroteamento das encostas para as plantações florestais, das práticas agrícolas (tipo de culturas e técnicas agrícolas, utilização de pesticidas e fertilizantes) e dos incêndios na perda de solo, com o conseqüente assoreamento das linhas de água, favorecendo a ocorrência de cheias, e com a conseqüente degradação do estado das massas de água.

Mencionou-se ainda que as boas práticas florestais são muito importantes, sobretudo quando se trata de zonas em que a espécie dominante é o eucalipto, já que as práticas utilizadas no seu cultivo podem provocar alterações no comportamento e nas características dos recursos hídricos. Um eucaliptal agudiza os efeitos negativos de práticas desajustadas, uma vez que se trata de uma espécie de elevado consumo de água, que seca os solos e os torna vulneráveis à mobilização pelas águas da chuva, e que, por lado, não permite o desenvolvimento de coberto vegetal, o que ajudaria à infiltração das águas pluviais em vez de favorecer a escorrência e lavagem de partículas mais finas do solo.

Acrescentou-se, também, que as espécies florestais, designadamente o eucalipto, têm características calóricas, pelo que o risco de incêndios frequentes é elevado, fazendo com que os terrenos ardidos apresentem os efeitos acima descritos de forma agravada.

Face ao problema e à sua importância, foi apresentado como solução uma maior interligação entre as entidades públicas e privadas, que tutelam a gestão dos espaços agrícolas, florestais e urbanos, de forma a garantir melhores práticas de gestão florestal sustentável que resultem numa melhor qualidade e quantidade dos recursos hídricos disponíveis.

### **Maior envolvimento dos stakeholders**

Foi referida a importância de envolver a população, tendo em conta que estas são parte da solução, tendo sido referida que nos últimos anos tem-se verificado um aumento da distância entre a população e a Administração Pública.

Foi salientado que, para além das entidades da administração pública, existem outras entidades disponíveis para colaborar com a APA, sendo que uma maior participação dessas entidades, sobretudo as do ensino superior, poderão contribuir para a divulgação de conhecimentos e estudos especializados na área de recursos hídricos, dado que essas entidades têm produzido documentação ao longo dos anos e carecem de destinatários que lhe dê um uso prático. O mesmo foi referido à utilização/reutilização dos laboratórios que se encontram desativados e que poderiam servir de meio de formação para aplicação real dos conhecimentos.

No âmbito da “dinâmica participativa” promovida pela Câmara de Santarém, foram identificadas como principais QSiGAS as seguintes: QSiGA 15 - *Poluição com substâncias prioritárias e perigosas (metais, pesticidas, substâncias de origem industrial)*, QSiGA 8 - *Contaminação de águas subterrâneas*, QSiGA 4 - *Alteração das comunidade da fauna e da flora e/ou redução da biodiversidade*, QSiGA 16 - *Poluição microbológica e orgânica (CBO5 e azoto amoniacal)*, QSiGA 10 - *Destruição/ fragmentação de habitats*, QSiGA 19 - *Recursos humanos especializados insuficientes e QSiGA 1 Afluências de Espanha*.

## **Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6) e Região Hidrográfica do Guadiana (RH7)**

Évora, 24 de fevereiro de 2015

A sessão pública sobre o 2º ciclo de Questões Significativas de Gestão da Água relativas à Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6) e à Região Hidrográfica do Guadiana (RH7) decorreu no dia 24 de fevereiro de 2015, no auditório da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo - CCDR Alentejo, em Évora.

Esta sessão contou com 77 inscrições prévias tendo estado efetivamente presentes 90 pessoas representando 31 entidades, na sua maioria em representação de organismos da administração, associações setoriais, empresas do sector, universidades, e comunicação social.

Esta sessão teve por objetivo o debate das principais QSiGA identificadas para a Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6) e para a Região Hidrográfica do Guadiana (RH7). Assim, para promoção do debate foram efetuadas breves apresentações das problemáticas associadas às seguintes questões significativas:

### **Relativas a pressões e impactes:**

QSiGA 1 - Afluências de Espanha - (RH7)

QSiGA 3 - Implementação insuficiente e/ou ineficiente do regime de caudais ecológicos - (RH6 e RH7)

QSiGA 4 - Alterações das comunidades da fauna e da flora e/ou redução da biodiversidade - (RH6 e RH7)

QSiGA 6 - Alterações do regime de escoamento - (RH6 e RH7)

QSiGA 8 - Contaminação de águas subterrâneas - (RH6 e RH7)

QSiGA 10 – Destruição/fragmentação de *habitats* - (RH6 e RH7)

QSiGA 11 - Escassez de água - (RH6 e RH7)

QSiGA 12 - Eutrofização (nitratos, fósforo, compostos de fósforo, clorofila a, ocorrência de *blooms* de algas) - (RH6 e RH7)

QSiGA 14 – Inundações - (RH6)

QSiGA 15 - Poluição com metais, com substâncias perigosas e com substâncias prioritárias (biocidas e produtos fitofarmacêuticos) - (RH6 e RH7)

QSiGA 16 - Poluição microbiológica e orgânica (CBO5, azoto amoniacal) - (RH6 e RH7)

QSiGA 18 – Perdas de água nos sistemas de abastecimento público e de rega - (RH6 e RH7)

**De ordem normativa, organizacional e económica:**

QSiGA 19 – Recursos humanos especializados insuficientes - (RH6 e RH7)

QSiGA 20 - Sistemas de vigilância, alerta e monitorização das massas de água insuficientes e/ou ineficientes (RH6 e RH7)

QSiGA 21 - Medição e autocontrolo insuficiente e/ou ineficiente das captações de água e rejeições de águas residuais - (RH6 e RH7)

**De âmbito nacional:**

Limitações ao incremento do nível de internacionalização de custos pelos utilizadores da água

Participação pública e envolvimento dos setores insuficiente

Integração sectorial da temática da água insuficiente

Insuficiente sistematização e disponibilização de informação relativa às utilizações da água pelos diferentes setores

O modelo de apresentação feito pelos oradores da APA contemplou vários períodos de debate que permitiram uma participação ativa dos presentes. As principais questões colocadas e respetivos esclarecimentos foram os seguintes:

• Combate às espécies exóticas

O combate às espécies exóticas na RH7 é já uma realidade, estando a APA, I.P. em articulação com a EDIA e outras entidades a desenvolver medidas para o seu controlo e combate. O resultado dessas medidas será vertido neste novo ciclo de planeamento.

• Títulos de Utilização de Recursos Hídricos (TURH)

A conflitualidade entre os TURH da RH6 e RH7, tendencialmente, deixará de existir uma vez que já existem ferramentas disponíveis para análise das necessidades face às disponibilidades.

• Conselhos de Região Hidrográfica (CRH)

A publicação da Portaria n.º 37/2015, de 17 de fevereiro, veio reinstaurar os CRH enquanto fóruns regionais de aconselhamento para a boa gestão dos recursos hídricos ao nível das regiões hidrográficas. Os CRH são órgãos de consulta e apoio à APA, I.P., em matéria de recursos hídricos para as respetivas regiões hidrográficas, que deverão reiniciar a sua atividade muito em breve.

• Taxa de Recursos Hídricos (TRH)

No âmbito da Reforma da Fiscalidade Verde a TRH foi objeto de reformulação, atualização e harmonização, entrando em vigor em 2016.

• PGRH e Apoios Comunitários

Portugal negociou com a Comissão Europeia um conjunto de recomendações adaptadas à realidade Nacional, em termos de PGRH, pelo que o Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) tem condicionantes *ex-antes*, a aferir em 2016, referente à recuperação de custos no âmbito da DQA, e do meio marinho, à análise económica associada à ponderação de medidas. Neste sentido, a Comissão Europeia poderá propor ajustes aos diferentes instrumentos de planeamento.

• Metodologia para a Elaboração dos PGRH de 2ª Geração

A elaboração dos PGRH de 2ª geração integra o conhecimento e a experiência acumulada dos outros Planos, focando-se em medidas que permitam atingir o bom estado das massas de águas nas diferentes Regiões Hidrográficas. Em relação aos PGRH das Bacias Internacionais estão a ser elaborados em

estreita colaboração com as diferentes Confederações Hidrográficas Espanholas de modo a garantir uma total harmonização técnica entre ambos os países, nomeadamente a articulação ao nível da delimitação, classificação do estado da massa de água e objetivos ambientais. Contudo, há que distinguir o período de aprovação dos PGRH Nacionais e Internacionais do seu alinhamento final, pelo que haverá um período de ponderação que irá coincidir entre Portugal e Espanha.

- Monitorização das Massas de Água

A monitorização dos recursos hídricos é fundamental para a boa gestão deste recurso. A comunicação do autocontrolo por parte dos Utilizadores à Administração, com base no título de utilização, é um importante contributo para o melhor conhecimento do estado das massas de água. Foi deixado um desafio ao nível da monitorização da água para consumo humano, por causa dos *blooms* de cianobactérias, que consiste no aperfeiçoamento dos sistemas de alerta e gestão do risco.

- Divulgação de Informação

Reconheceu-se a necessidade de adaptar o Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos (SNIRH) para melhor divulgação de informação referente à classificação e monitorização das massas de água. Encontrando-se a APA, I.P. a desenvolver uma ferramenta para avaliação e acompanhamento das medidas.

- Perdas de Água nos Sistemas em Alta e nos Sistemas em Baixa

O Grupo Águas de Portugal em colaboração com os municípios tem realizado um trabalho meritório face às perdas de água nos sistemas de abastecimento, sistemas em alta, reduzindo essas perdas. Contudo, o nível de perda continua a ser elevado, havendo necessidade de continuar a investir nesses sistemas.

Em relação aos sistemas em baixa, da responsabilidade dos municípios, também se torna necessário investir, uma vez que estes sistemas são muito antigos e não aguentam as pressões atuais. O PENSAAR 2020 constitui uma mudança de paradigma pois, centra-se na eficiência da utilização dos diferentes sistemas, em que a primeira métrica diz respeito ao estado das massas de água. A ligação do PENSAAR 2020 ao POSEUR é central, dando prioridade aos sistemas em baixa.

- Classificação das massas de água ao nível das albufeiras

A classificação das massas de água ao nível das albufeiras tem como critério o da exclusão, ou seja, basta o incumprimento de um indicador para que a classificação seja inferior a bom. A classificação segue o critério “one out, all out” que é um critério limitador e penalizante para o País, e em particular na Região do Alentejo, devendo este critério ser revisto.

- Aquífero dos Gabros de Beja

A recuperação do bom estado de uma massa de água superficial é uma tarefa muito difícil e no caso das águas subterrâneas esse objetivo torna-se ainda mais difícil, uma vez que o tempo de resposta da massa de água não é imediato. A limitação da utilização em termos quantitativos não é garantia da recuperação da qualidade do aquífero. Até 2027, objetivo ambiental definido para o Sistema Aquífero dos Gabros de Beja, é esperada uma inversão da tendência, uma vez que esta massa de água está identificada como Zona Vulnerável e tem um Programa de Ação em implementação.

- Poluição Urbana

Nas últimas décadas foram tomadas medidas de combate à poluição urbana na RH6 e RH7, nomeadamente no que diz respeito à requalificação das antigas ETAR que em muito tem contribuído para a melhoria do estado das águas.

- Classificação quantitativa das massas de água

No que se refere à classificação das massas de água superficiais a DQA não contempla o estado quantitativo. Contudo, apesar de não haver essa obrigatoriedade, o anterior ciclo de planeamento dos PGRH considerou a importância dessa informação para todo o processo de licenciamento, pelo que a emissão dos TUR tem em conta o balanço de disponibilidades, de acordo com ano seco, médio e húmido, e o balanço das utilizações já emitidas. Em relação à classificação das massas de água subterrâneas a Portaria nº 1115/2009, de 29 de setembro, relativa ao estado quantitativo, limita até 90%

a exploração dos recursos renováveis. A APA/ARH do Alentejo fez essa avaliação para a RH6 e RH7, não havendo nenhuma massa de água subterrânea que apresente problemas no estado quantitativo.

- Seca e Escassez de Água

Um desafio das QSiGA foi o encontrar métricas de comparação. Houve um esforço de harmonização de todos os procedimentos adotados em todas as Regiões Hidrográficas de modo a poder se comparar as medidas e as ações com as de nível Nacional. Neste ciclo de planeamento, optou-se também por reagrupar as QSiGA, de modo a que os conceitos possam ser mais facilmente compreendidos, nomeadamente pelo público não técnico. A temática da seca foi incluída na QSiGA 11 - escassez de água, uma vez que a seca é vista como um fenómeno natural e não como uma alteração ao regime de escoamento.

- Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (FPRH)

O Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (FPRH) é um instrumento financeiro importante para que as diferentes entidades possam fazer melhorias nos recursos hídricos. Contudo, a sua utilização, ou dos outros fundos cuja gestão depende da APA, I.P., nomeadamente o Fundo de Intervenção Ambiental e o Fundo Português de Carbono, foram sujeitos a vicissitudes que impediram a sua eficaz aplicação nos últimos anos.

- Gestão das infraestruturas

A temática gestão das infraestruturas (urbanas, agrícolas, etc.) não está esplanada neste conjunto de QSiGA, pelo que se tomou nota de modo a poder incluir como nova QSiGA.

## **Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (RH8)**

Faro e Tavira, 24 e 27 de março de 2015

Com o objetivo de apresentar e debater a proposta de QSiGA, em fase de discussão pública até ao dia 17 de maio, realizaram-se duas sessões de participação pública. Estas sessões ocorreram na Biblioteca Municipal de Faro (24-03-2015) e no auditório da Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve (27-03-2015), tendo contado com 26 e 13 participantes, respetivamente.

Em ambas as sessões, foi distribuído aos presentes a documentação que se anexa, concretamente ficha de participante, ficha de avaliação, ficha de inquérito de opinião, lista das QSiGA e programa da sessão.

Após a abertura da sessão, foi feita uma abordagem relativamente ao enquadramento do processo de planeamento dos recursos hídricos e apresentadas as QSiGA da Região Hidrográfica do Algarve (RH8), ao que se seguiu um espaço de debate.

As QSiGA propostas para a RH8 e apresentadas nestas sessões foram as seguintes:

### **Questões relativas a pressões e impactos**

4. Alteração das comunidades da fauna e da flora e/ou redução da biodiversidade
5. Alterações da dinâmica sedimentar (erosão e assoreamentos)
7. Competição de espécies não nativas com espécies autóctones
8. Contaminação de águas subterrâneas
9. Degradação de zonas costeiras
11. Escassez de água
13. Intrusão salina e outros nas águas subterrâneas
14. Inundações
16. Poluição microbiológica e orgânica (CBO5, azoto amoniacal)
17. Sobre-exploração de águas subterrâneas

## **Questões de ordem normativa, organizacional e económica**

19. Recursos humanos especializados insuficientes

21. Medição e autocontrolo insuficiente e/ou ineficiente das captações de água e rejeições de águas residuais

Relativamente às principais questões colocadas durante o período do debate e respetivos esclarecimentos, realça-se o seguinte:

### **Poluição Difusa**

Identificou-se como um problema que subsiste ao longo dos anos e que se prende com a existência de fossas em áreas servidas por abastecimento público, nomeadamente Campina de Faro e Serra. Foi contudo evidenciado que no Algarve este fenómeno não é assim tão significativo, ao contrário do que acontece na região Norte.

Relativamente à QSIGA 16 - Poluição Microbiológica e Orgânica, referiu-se que, numa primeira fase, a preocupação centrava-se em servir a população com rede de drenagem e tratamento de água, sendo que neste 2º ciclo a prioridade será garantir a adesão ao serviço, por forma a contribuir para a diminuição da poluição difusa. Foi dado o exemplo do concelho de Faro, onde foram construídas redes em zonas rurais, às quais a população tem evitado a ligação, em grande parte, pelos custos financeiros associados. Fez-se ainda referência à necessidade da entidade reguladora reduzir as taxas para ligação à rede pública, pois a sua exigência pode desincentivar os proprietários a desistir das fossas.

Quanto à problemática da utilização dos nitratos na agricultura, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve transmitiu que foram implementados planos de fertilização e efetuadas sessões públicas de esclarecimento, tendo em vista a introdução de boas práticas junto dos proprietários agrícolas.

Em relação à aplicação das lamas, em alternativa aos fertilizantes químicos, referiu-se que, desde 2009, existem apenas dois planos de gestão aprovados, os quais não estão a ser implementados. A empresa Águas do Algarve salientou que cerca de 7000 toneladas de lamas produzidas têm como destino a compostagem, sendo praticamente nula a sua aplicação na agricultura.

Outros atores presentes consideraram que, ao nível da poluição difusa, existem questões que ultrapassam o âmbito regional, sentindo, por vezes, falta de agilidade institucional por parte da Administração Central para resolver os problemas identificados, pelo que será importante ultrapassar estes condicionalismos.

### **Caudais Ecológicos**

Foi realçada a reduzida bacia hidrográfica das Ribeiras do Algarve, em que os caudais também são pequenos, pelo que é importante implementar medidas de sensibilização para a sua limpeza junto dos proprietários. Referiu-se ainda que existem muitas zonas abandonadas perto das linhas de água ou cujos proprietários são idosos, pelo que a sensibilização não será suficiente, tendo a Administração Central um papel importante a este nível.

### **Intrusão Salina/Recarga de Aquíferos**

A captação de água na faixa costeira está limitada preventivamente, por forma a controlar a cunha salina. Com o surgimento das reservas de águas superficiais, houve uma alteração nas origens de água para o abastecimento público, evitando-se forçar os aquíferos, pelo que as medidas de gestão passaram a assentar no princípio da precaução, mantendo-se a necessidade de melhorar uma monitorização específica para não limitar eventuais intervenções/projetos.

Um outro aspeto evidenciado prende-se com a dificuldade no tratamento e valorização das águas residuais, devido à presença de água salgada que entra nas ETAR, aumentando a salinidade e colocando em causa o processo de reutilização.

Noutra perspetiva considerou-se que, apesar da exploração dos aquíferos ter diminuído na última década, em parte pelo uso preferencial das barragens, novos modelos de desenvolvimento irão aparecer, implicando novos desafios relativamente ao uso da água, podendo traduzir-se numa alteração

espacial das necessidades e na agudização dos problemas de intrusão salina, caso a exploração incida junto à costa.

Foi ainda transmitido que a recarga artificial de aquíferos tem sido uma temática presente em projetos que envolvem a Universidade do Algarve e vários países. (Espanha, Itália, Israel e Malta).

### **Escassez de Água**

Evidenciou-se a dificuldade em encontrar dados de pluviosidade anteriores a 1933 na perspetiva de avaliar a sucessão de anos secos, na medida em que os ciclos de seca só podem ser comprovados com dados mais antigos. Em resposta, foi dada indicação que o Instituto Português do Mar e da Atmosfera centraliza este tipo de informação e que os estudos realizados no âmbito das alterações climáticas poderão ser uma alternativa para obter dados mais antigos. Informou-se que o SNIRH é uma boa fonte de informação, baseada numa rede de estações com transmissão em tempo real dos dados.

Foi também acrescentado que, no Algarve, os eventos extremos são cada vez mais frequentes, aos quais se associam riscos de inundação, verificando-se que a recarga do aquífero é menor mesmo com valores idênticos de precipitação.

Realçou-se ainda que as águas subterrâneas continuam identificadas como recursos estratégicos que devem ser protegidos, apesar das reservas de águas superficiais existentes no Algarve serem suficientes para enfrentar 2 a 3 anos de seca. Foi sugerido que o desafio futuro deverá passar pela gestão combinada das águas superficiais com as águas subterrâneas, uma vez que a água das barragens é mais agressiva em termos de composição, haverá vantagem em misturá-la com outras águas superficiais.

Sobre a gestão do Perímetro de Rega do Sotavento informou-se que cerca de 70% deste Perímetro já está ligado a sistema de rega, embora o problema da divisão da propriedade coloque em causa uma viabilidade agrícola rentável.

A Associação de Regantes do Sotavento referiu que atualmente a gestão da água é eficaz, já que a percentagem de fuga está abaixo dos 10%.

Quanto à possibilidade de extensão da conduta do Perímetro de Rega do Sotavento para outros concelhos, foram discutidas as dificuldades do seu prolongamento para poente, tendo sido referido que estava prevista uma ligação a esta infraestrutura no período em que se perspectivava a construção da Barragem da Foupana.

Foi ainda mencionado o Recenseamento Agrícola de 2009 que revela uma diminuição de área regada situação que decorre, em grande parte, por se optar pela rega gota a gota.

### **Sobre-exploração de águas subterrâneas**

Sobre a reutilização das águas residuais poder, eventualmente, resolver o problema da sobre-exploração de aquíferos, foi respondido que esta medida está a ser atualmente aplicada nos campos de golfe do Subsistema de Vale do Lobo, prevendo-se que, a curto prazo, seja formalizada a reutilização em outros campos de golfe, sendo expectável que se venha a verificar insuficiência de água tratada para todos os interessados.

Ao nível da reutilização, a questão financeira foi identificada como um problema, atendendo a que o recurso à água subterrânea é menos dispendioso.

Destacou-se ainda o condicionalismo relacionado com a intrusão de água salgada nas infraestruturas que ocorre nos sistemas ribeirinhos, bem como a necessidade, nem sempre possível, da água tratada estar sempre disponível, por forma a não colocar em causa todo o investimento. Concluiu-se, no entanto, que a reutilização é uma prioridade, desde que a questão do financiamento seja assegurada, por forma a eliminar o obstáculo do primeiro investimento.

Manifestou-se o interesse em avaliar, com a APA, no âmbito do PDR 2020, a forma de ultrapassar a restrição à abertura de novas captações por forma a viabilizar novos investimentos, bem como ponderar novas fontes de água através da recarga artificial de aquíferos. Propôs-se ainda como eventual solução para o regadio público para os concelhos de Faro, Olhão e Loulé a construção de uma barragem em São Brás de Alportel, alternativa prevista no antigo Plano de Barragens.

No sentido de minimizar as situações de sobre-exploração de águas subterrâneas, foi sugerida uma gestão da água assente na articulação entre os aquíferos e as águas de superfície.

### **Outros assuntos debatidos**

Foi colocada uma questão relacionada com as metas de melhoria das águas superficiais, concretamente se os setores que vão ser alvo das medidas do PGRH terão capacidade para as financiar ou se os PO as enquadram, para que os proprietários possam ter condições para contribuir para a melhoria das massas de água.

Suscitaram-se dúvidas relativamente à classificação das massas de água, concretamente se os problemas que subsistem resultam da própria classificação ou de outras questões. O esclarecimento prestado foi no sentido da crescente necessidade de afinar a classificação pelo processo de intercalibração entre os Estados Membros, tal como tem ocorrido nos grupos de trabalho criados para esse fim, sendo contudo de considerar a possibilidade de desenvolver novas medidas.

Identificaram-se algumas questões significativas não selecionadas, contudo importantes para a aquacultura, nomeadamente ao nível da qualidade das massas de água costeiras:

- A QSIGA 6 – Alterações do Regime de Escoamento por se relacionar a QSIGA 5, nomeadamente ao nível do assoreamento da Ria do Alvor e da Ria Formosa;
- A QSIGA 12 – Eutrofização, por se refletir nas atividades económicas com relevância na Região. A boa circulação de água constitui um fator importante para a produção de bivalves, sendo afetada pela eutrofização (ex: boom de microalgas), o que também pode ter consequências negativas para a saúde pública;
- A QSIGA 15 – Poluição com metais, com substâncias perigosas e prioritárias tem igualmente impacto nos bivalves, pois pode haver acumulação de metais pesados;

Quanto à qualidade das águas subterrâneas, foi referido que há problemas de auto controle, sobretudo ao nível das captações particulares (cerca de 19000), em que a informação prestada na altura do levantamento pode não corresponder à situação atual.